

Militares ajudaram a mudar votos

Dos 80 parlamentares que defendiam o regime parlamentarista na Assembleia Nacional Constituinte, recebidos nos últimos três meses pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, pelo menos 40 foram convencidos pelos militares a votarem no presidencialismo. A afirmação foi feita ontem, logo depois da vitória do governo, por um oficial de alta patente da área do Gabinete do ministro do Exército, em Brasília. O lobby dos militares foi bem-sucedido, graças a um trabalho conjunto dos três ministros junto aos parlamentares, através de contatos diretos nos quartéis.

Paralelamente aos contatos dos gabinetes dos ministros militares com os parlamentares, 11 oficiais superiores visitavam diariamente os constituintes levando o recado dos seus chefes. O lobby dos militares consistia em trabalhar exclusivamente os parlamentaristas que não eram radicais em suas posições. Vários deles, que o informante não quis declinar os nomes, tiveram problemas políticos nos governos militares. Tão logo a presidência da Assembleia Constituinte anunciou o resultado, diversos parlamentares, ligados aos ministros militares, telefonaram ao ministro Leônidas Pires parabenizando-o pelo trabalho que exerceu na defesa do presidencialismo.

SEM COMENTÁRIOS

O ministro do Exército não quis falar à imprensa sobre os resultados obtidos pelo governo com a vitória do presidencialismo, informando a sua assessoria de imprensa apenas que sua posição já era de todos conhecida. O ministro Moreira Lima, da Aeronáutica ao tomar conhecimento da posição da maioria dos constituintes, quando se encontrava ontem visitando uma unidade militar nos Estados Unidos, afirmou que o resultado expressava a vontade da maioria do povo brasileiro.

A área militar, que sempre defendeu o presidencialismo nas fases anteriores de elaboração da Constituição intensificou sua pressão pela manutenção do atual regime, tendo em vista que as metas de reequipamento das Forças Armadas dependem muito da ação direta do chefe da Nação. Com a mesma ênfase, a cúpula militar defende os cinco anos de mandato em face dos planos básicos de modernização, que foram elaborados para ser cumpridos entre 1985 (época da sua elaboração) e 1990.



Leônidas

Lucena corrige falha na emenda

O presidente da República poderá delegar as atribuições de exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover os oficiais-generais das três armas e nomear os seus comandantes, aos ministros de Estado ou aos procuradores-gerais da República e da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Este dispositivo da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena — ontem corrigido — agitou ministros e políticos na noite de segunda-feira. A primeira advertência partiu do ministro Aureliano Chaves que, lendo com atenção a proposta e conferindo as remissões, encontrou o "absurdo". De imediato, telefonou a alguns ministros (inclusive militares), parlamentares e jornalistas.

Na noite de segunda-feira o senador Lucena ofereceu jantar em homenagem à delegação parlamentar da Polônia e foi alertado pela "descoberta" do ministro das Minas e Energia. O senador não acreditou. Assessores dos ministros militares entraram em contato com alguns parlamentares, mas nenhum deles conhecia o dispositivo denunciado por Aureliano Chaves.

Na manhã de ontem, Humberto Lucena telefonou ao ministro das Minas e Energia. Revelou sua surpresa e prometeu corrigir a falha — o que foi feito após reunião em seu gabinete com os presidencialistas Jarbas Passarinho (PDS), Milton Reis (PMDB), José Genoíno (PT), José Lourenço (PFL) e outros.